

Atos de autoria: assinaturas, rasuras, rupturas¹



Joana Plaza Pinto²
Universidade Federal de Goiás

Resumo:

Este ensaio é um confronto entre algumas teses em torno da noção de autor, tendo como pano de fundo o problema do ato de fala. Para isso, a IX Conferência, de Austin (1976), e o texto Assinatura, acontecimento, contexto, de Derrida (1990), são confrontados, e esse confronto é relacionado com as noções de sujeito implicadas no texto de Barthes (1987) sobre o autor, e no texto sobre o narrador de Benjamin (1983).

Palavras-chave: autor; atos de fala; J. L. Austin; J. Derrida; R. Barthes; W. Benjamin.

Abstract:

This essay confronts some ideas about author, with speech act theoretical trouble base. For that, the Austin's IX Conference (1976) are confronted by Derrida's Signature Event Context (1990) and this confrontation is related to an implied notion of subject in Barthes's author (1987) and Benjamin's narrator (1983).

Key-words: author; speech acts; J. L. Austin; J. Derrida; R. Barthes; W. Benjamin.

Résumé:

Cette esquisse est une confrontation des quelques idées au tour de la notion d'auteur, et, pour fonder le débat, on prend aussi le problème du concept d'acte de parole. La IX Conférence, d'Austin (1976), et le texte Signature, événement, contexte, de Derrida (1990), sont confrontés, et cette confrontation est mise en rapport aux notions de sujet du texte de Barthes (1987) sur l'auteur, et du texte sur le narrateur de Benjamin (1983).

Mots-clé: auteur; actes de discours; J. L. Austin; J. Derrida; R. Barthes; W. Benjamin.

¹ Recebido em 21 de maio de 2009. Aprovado em 25 de junho de 2009.

² Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é professora Adjunta da Universidade Federal de Goiás.

Desejo neste ensaio reconhecer e confrontar algumas teses em torno das noções de *autor* e de *assinatura* tendo como pano de fundo o problema do *ato de fala*. Quero fazer multiplicar aqui os contextos para a noção de assinatura e autoria, seus contextos de intersubstituição. Assim, este trabalho reconhece e confronta quatro textos, desenvolvendo uma reflexão crítica sobre o lugar de algumas questões sobre corpo e autoria baseado em estudos dos atos de fala. Para isso, a IX Conferência, de Austin (1976), e o texto *Assinatura, acontecimento, contexto*, de Derrida (1990), são confrontados, e esse confronto é relacionado com as noções de sujeito implicadas no texto de Barthes (1987) sobre o autor, e no texto sobre o narrador de Benjamin (1983).

Conforme mostrei em outra ocasião (Pinto 2004), na IX Conferência, Austin abriu precedentes para compreendermos suas explicações sobre os atos de fala não só como explicações sobre sons e gramática, mas também explicações sobre corpos. Nesse contexto, Austin reflete sobre a linha que separa os atos que fazemos e suas conseqüências. Suas reflexões nos levam ao ato físico, que torna essa linha bem mais problemática. Ele afirma:

For with physical actions we nearly always naturally name the action *not* in terms of what we are here calling the minimum physical act, but in terms with embrace a greater or less but indefinitely extensive range of what might be called its natural consequences. (Austin 1976:112)

Essa noção de ato físico e suas conseqüências entrelaçada por Austin nos leva adiante no mesmo entrelaçamento entre ato ilocucionário (o que se faz ao dizer) e ato perlocucionário (o efeito do dizer). Austin usa o mesmo termo, efeito ('effect') para definir as conseqüências de ambos os atos, assim como o ato físico se define ao mesmo tempo pelas suas conseqüências. Neste ponto, nos parece possível pensar que o sujeito do ato de fala está imbricado num ato físico com conseqüências que tornam essas três possíveis separações (ato de fala, ato físico, conseqüência) um mesmo conjunto embralhado.

Derrida (1990) procura debater a teoria de J. L. Austin sobre a performatividade, incluindo o conceito de *iterabilidade* para evidenciar a possibilidade estrutural de todo signo de ser repetido na ausência não somente de seu referente, mas também na ausência de seu significado ou intenção

determinada. Essa ausência é o vácuo da repetição, a *différance*, aquele vácuo entre a Cultura e a Morte da Cultura (Barthes 2002). Parafraçando Derrida (1998), a palavra *différance* interessa no contexto em que ela se deixa substituir ou determinar por ‘iterabilidade’, porque este é o conceito que se encadeia a um certo pensamento austiniano (*assinado* J. L. Austin) sobre ‘efeito’ e ‘força’. *Efeito e força* são palavras que se deixam substituir por iterabilidade e *différance*, numa tradução dos textos assinados por Austin a partir dos textos assinados por Derrida. Esse contexto da palavra ‘iterabilidade’ interessa porque se encadeia com ‘rito’, esse elemento tão fundamental nos contextos da palavra ‘ato de fala’.

O conceito de iterabilidade pode ser útil na compreensão do funcionamento da autoria? Será que “Derrida”, por exemplo, deve ser lido como um autor? O que “Derrida” significa? Um conjunto de uma obra? Um indivíduo identificável num espaço-tempo? Como devo discutir os conceitos de Derrida que me são úteis, em conjunto com os textos de Austin, sem cair na armadilha da “autoria”? O que é a iterabilidade? É a propriedade do repetível, mas não o repetível daquilo que aparece francamente como o ‘mesmo’, a mesmidade de significado. Derrida afirma que a *différance* é uma modificação ontológica da metafísica da presença.

Ora, a palavra *comunicação*, que nada nos autoriza inicialmente a negligenciar enquanto palavra e a empobrecer enquanto palavra polissêmica, abre um campo semântico que precisamente não se limita à semântica, à semiótica, muito menos a lingüística. Pertence ao campo semântico da palavra *comunicação* o fato de que ela designa também movimentos não semânticos. (Derrida 1990:17)

O que são esses movimentos não semânticos? Não semântico de não significado? Ou não significável? Não semântico porque não significado em palavras? Em linguagem articulada? É o corpo que aparece nesse “não semântico” como aquilo que é não tradicionalmente semântico? Posso afirmar que o corpo é não semântico?

Adiante, Derrida afirma que podemos *comunicar um movimento*, num sentido de propagar, transmitir um impacto, um choque, um deslocamento de *força*. Esse seqüência fala do corpo? Da possibilidade de dizermos que podemos *comunicar um corpo*? O *corpo* se deixa substituir por *movimento*? Se podemos transmitir o impacto de uma força, podemos transmitir o impacto do corpo? Corpo e força podem relacionar-se?

Derrida problematiza o conceito de *sentido próprio*, sentido primitivo, sentido puro, sentido natural, implícito na Filosofia da Linguagem Ordinária (portanto em Austin?) de que existiria um contexto (a linguagem ordinária) que abrigaria esse sentido próprio por excelência.

(Eu marco aqui entre parênteses que, nesta comunicação vai se tratar, trata-se já do problema da polissemia e da comunicação, da disseminação – que eu oporei à polissemia – e da comunicação. Em um momento, um certo conceito de escritura não poderá deixar de intervir para se transformar e talvez para transformar a problemática.) (Derrida 1990:18-19)

Repare no uso constante de parênteses para falar do que convencionalmente deveria estar fora dos parênteses (as coisas mais importantes), e no uso constante de verbos performativos explicitando seus atos de fala. O próprio texto está explicitamente marcado por mecanismos que problematizam o contexto (o que deveria estar na margem está no centro) e evidenciam a performatividade radicalmente.

Duas outras assinaturas são rasuradas. Benjamin (1983:205) afirma: “Quanto mais o ouvinte se esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido”. Esse esquecimento de si, como indivíduo ouvinte, é o que garante o anônimo do murmúrio; é o que aumenta o tecido de narrativas que sustenta a narração e possibilita o ato de aconselhar, ou seja, de sugerir a continuação de uma narrativa. É isso que faz o narrador de Benjamin: retorno às camadas narrativas, aos tecidos narrativos (“numa espécie de costura enigmática”) para transformar a discursividade, para “mergulhar a coisa na vida do narrador e em seguida retirá-la dele”.

E Barthes continua:

A escrita é esse neutro, esse compósito, esse oblíquo para onde foge o nosso sujeito, o preto-e-branco aonde vem perder-se toda a identidade, a começar precisamente pela do corpo que escreve. [...] desde o momento em que o facto é contado [...] produz-se esse defasamento, a voz perde a sua origem, o autor entra na sua própria morte, a escrita começa. (Barthes 1987:49)

A morte do autor um fenómeno necessário para garantir que o narrador possa recorrer “ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia)”. Se o autor morre, então seu texto não mais lhe pertence; e esse despertencimento faz de sua experiência a experiência alheia.

Proust [...] atribui-se a tarefa de confundir inexoravelmente, por uma subtilização extrema, a relação entre escritor e as suas personagens: ao fazer do narrador, não aquele que viu ou sentiu, nem sequer aquele que escreve, mas aquele que *vai escrever*.” (Barthes 1987:50)

É este narrador de Proust o narrador que morre na obra de Benjamin? “Aquele que viu ou sentiu”, que deixou passar por si a rede de experiências e o tecido de narrativas, não existe mais no romance de Proust. Assim, o texto de Barthes confirma a tese de Benjamin. Barthes afirma: “O tempo, em primeiro lugar, já não é o mesmo” (Barthes 1987:51). Benjamin mostra justamente que o tempo é a primeira coisa alterada a partir da morte do narrador: o tempo torna-se abreviado – ora, o *scriptor* moderno de Barthes abrevia o tempo ao ponto de que “não existe outro tempo para além do da enunciação, e todo texto é escrito eternamente *aqui e agora*.” (Barthes 1987:51).

Há um problema na interpretação do performativo em Barthes: o performativo, em Barthes, parece ser ahistórico: “escrever já não pode designar uma operação de registo, de verificação, de ‘pintura’ (como diziam

os Clássicos), mas sim aquilo a que os linguistas, na seqüência da filosofia oxfordiana, chama um performativo” (Barthes 1987:51). Ora, o ato de fala atualiza sua força no momento em que ele acontece (neste sentido, ele não é mesmo um registro), mas isso não significa que ele é destituído de história; ao contrário, sua força vem do rito, justamente da história de sua fórmula. Derrida mostra isso com precisão, discutindo a noção de rito como fundadora da noção de ato (Pinto 2004).

Quando Barthes (1987:52) afirma: “[...] o escritor não pode deixar de imitar um gesto sempre anterior, nunca original; o seu único poder é o de misturar as escritas, de as contrariar umas às outras, de modo a nunca se apoiar numa delas.” Benjamin (1983:205) soa “Ela [a narrativa] mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso.” A perplexidade diante da vida nada mais é que o início da morte.

[...] o narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia). (Benjamin 1983:221)

Parece fazer supor, então, que o sujeito d’O Narrador é antes de qualquer coisa um ser histórico. Ele está implicado e incluído nas narrativas anteriores da qual faz parte, e sua narrativa, mergulhada em sua vida, é a narrativa mergulhada na História. O nascimento do romance coincide com a consolidação do autor do livro impresso, portanto a morte do narrador parece coincidir com o nascimento do autor do romance, esse autor perplexo diante de sua própria vida, esse autor que deve morrer justamente quando nasce. Ora, o mecanismo que faz surgir o autor do romance e o consolida como figura jurídica importante no mercantilismo do produto livro, é o mesmo que o mata na sua individuação. O autor, como integrante da História, como aquele que narra a sua experiência na continuação de tantas narrativas, é eliminado no momento

em que se constitui como indivíduo econômico. Esse quiasma traz à tona a intenção do indivíduo, intenção essa destituída de seu caráter histórico e em geral atravessada pela noção de propriedade. O texto passa então a “pertencer” a alguém, não somente juridicamente nos termos dos direitos autorais que se consolidam no século XVIII, mas também nos termos das suas formas de reprodução. Se este é o caso, o nascimento do autor é o início do assassinio do narrador, no sentido de Benjamin, porque a figura do narrador depende de que o texto não pertença a ninguém, mas às camadas narrativas de uma comunidade de ouvintes.

Nestes textos, aparecem diferentes noções de autoria. 1) autor como indivíduo juridicamente reconhecido, base e justificativa para a compilação de uma obra; 2) autor como gênio criador único, dotado de uma intencionalidade, que é a base para a interpretação de um texto; 3) autor como aquele que instala um texto num determinado contexto.

Na IX Conferência, Austin implica explicitamente a noção de corpo na distinção entre ilocucionário e perlocucionário, ao mesmo tempo em que aciona o conceito de *uptake* para definir um espaço entre o ilocucionário e o perlocucionário, um espaço em que o efeito do ato de fala está implicado pela força entre enunciados. O ato de fala atualiza sua força no momento em que ele acontece (nesse sentido, ele não é um registro), mas isso não significa que ele é destituído de história; ao contrário, sua força vem do rito, da história de sua fórmula.

Derrida mostra isso com precisão, discutindo a noção de rito como fundadora da noção de ato. É a iterabilidade – o outro e o mesmo – própria ao rito que aciona a citacionalidade necessária para o funcionamento do significante. Nesse sentido, podemos notar que o *scriptor* de Barthes encontra-se também no campo da rede de citações que faz mover o significante na língua. O narrador de Benjamin está implicado e incluído nas narrativas anteriores da qual faz parte, e sua narrativa, mergulhada em sua vida, é a narrativa mergulhada na História. Esse confronto entre autores pode fundamentar a base de uma proposta ética de relação com a história como temporalidade e o compromisso com a transformação pela experiência.

Referência bibliográfica

AUSTIN, J. L. 1976. *How to do things with words*. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press.

BARTHES, Roland. 1987. A morte do autor. In: *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, pp. 49-53.

_____. 2002. *O prazer do texto*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva.

BENJAMIN, Walter. 1983. O narrador. In: *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, pp. 197-221.

DERRIDA, Jacques. 1998. Carta a um amigo japonês. In: OTTONI, Paulo (org.). *Tradução: a prática da diferença*. Campinas: Editora da Unicamp, pp. 19-25.

_____. 1990. Signature événement contexte. In: *Limited Inc*. Paris: Éditions Galilée. pp. 15-51.

PINTO, Joana Plaza. 2004. Algumas lições sobre o corpo. *Anais do II Encontro Nacional do GELCO (Grupo de Estudos da Linguagem do Centro-oeste): Integração Lingüística, Étnica e Social*, Brasília, v. II, pp. 583-588.